

## OS EDUCADORES LIBERAIS E A EDIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL NO SÉCULO XX

**Michelle Fernandes Lima**

Universidade Estadual do Centro Oeste  
mfernandeslima@yahoo.com.br

### RESUMO:

Este artigo é parte da pesquisa concluída do Programa de Pós Graduação em Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá-PR, intitulada: **Roque Spencer Maciel de Barros: Pensamento e Intervenção na Reforma Universitária de 1968**. Uma questão de destaque nesta pesquisa foi à compreensão dos fundamentos básicos da doutrina liberal, na tentativa de delinear o campo de reflexão percorrido por Roque Spencer considerado, um liberal de longa tradição no país. Ao lado dos clássicos do liberalismo, também ele se viu forçado a enfrentar a tradução nacional do liberalismo e estabeleceu a interlocução com certos representantes dessa corrente de pensamento entre nós. Este artigo tem por objetivo analisar as especificidades do Liberalismo no Brasil e seus reflexos na educação brasileira no século XX, na voz e ação dos educadores liberais que participaram ativamente nos rumos da educação brasileira.

**Palavras-chave:** Liberalismo, educadores liberais, história da educação no Brasil.

## LIBERAL EDUCATORS AND THE EDIFICATION OF NATIONAL EDUCATION IN THE XX CENTURY

### ABSTRACT:

This article is part of the research concluded at the Post Graduation Program in Education Fundamentals at the State University of Maringá- PR, intitled: Roque Spencer Maciel de Barros: Thought and Intervention in the University Reformation of 1968. A question of prominence in this research was the understanding of the fundaments of the liberal doctrine, in the attempt of delineating the field of reflection covered by Roque Spencer considered a liberal of long tradition in the country. Along as the classics of liberalism, he was also forced to face a national translation of liberalism and established the interlocution with certain representatives of this group of thought among us. This article has the objective of analyzing the specificities of Liberalism in Brazil and its consequences in the Brazilian education in the XX century, through the voice and action of the liberal educators who participated actively in the routes of the Brazilian education.

**Key- words:** Liberalism, liberal educators, history of the education in Brazil.

## INTRODUÇÃO

O liberalismo no Brasil se organizou sobre bases materiais diferentes daquelas do Liberalismo Clássico. A compreensão desta especificidade é fundamental para desvelar as possíveis confusões sobre a presença deste ideário num país de estrutura colonial, em que predomina a mão-de-obra escrava até fins do século XIX.

O Brasil é um país onde as influências externas estão presentes, principalmente, no que se refere à organização política e econômica, como também cultural. As transformações ocorridas no nosso país, ao longo de sua história, estão estreitamente ligadas ao desenvolvimento do capitalismo mundial. A sua formação está relacionada com as necessidades do capitalismo comercial, dos fins do século XV e início do século XVI.

O que, sem dúvida, é possível afirmar é a especificidade da realidade brasileira no que se refere às bases materiais. Diferentemente do Liberalismo Clássico, que lutou para remover os resquícios do feudalismo, no Brasil, esta luta se traduziu na oposição aos laços coloniais, nos fins do século XVIII e início do século XIX.

Quando se fala em liberalismo, algumas características podem ser lembradas, tais como: trabalho livre, liberdade, igualdade, propriedade privada entre outras. Partindo desta primeira impressão, pode-se questionar sobre a presença do liberalismo num país que se utilizou a mão-de-obra escrava.

Na concepção liberal não existe somente um grupo que pensa da mesma maneira, mas, sim, diversos grupos que, na luta pela conservação do modo de produção capitalista, divergem em alguns aspectos e se fundamentam em autores diferentes. Por outro lado, há algo que se tornou homogêneo na constituição destes grupos, a busca insaciável do lucro e a defesa da propriedade privada. Todos concordam em conservar as relações capitalistas de produção e defender a liberdade tão apregoada na Revolução Francesa.

Este artigo pretende trazer uma síntese geral do Brasil no século XX, demarcando a participação dos liberais nos diferentes momentos deste período, enfatizando a participação desse grupo nos rumos da educação brasileira. O artigo está organizado em dois momentos, no primeiro busca-se evidenciar a trajetória do liberalismo no século XIX com intuito de refletir sobre as bases do liberalismo no século XIX e no segundo momento verificar a atuação dos liberais na educação no século XX, especialmente no que se refere ao discurso da edificação da educação nacional.

### **1.1. O liberalismo no Brasil no século XIX**

Tomando por base os pressupostos anteriormente discutidos, busca-se elucidar o processo de manifestação e desenvolvimento da doutrina liberal no Brasil. É objetivo deste item mostrar a forma e especificidade que o liberalismo assumiu em meio às contradições sociais no século XIX, tendo em vista que, segundo Viotti (1999) as primeiras manifestações do liberalismo no país datam dos fins do século XVIII e início do século XIX, e mostra os diferentes momentos em que o liberalismo se organizou no contexto nacional.

Viotti (1999) traz as diferentes formas que o liberalismo tomou no Brasil, num período de muitas lutas para a emancipação do país dos laços coloniais. Estas formas são conceituadas como: *Liberalismo Heróico, Realista, Antidemocrático, Moderado, Radical e Regressista*.

O *Liberalismo Heróico* é característico do período anterior à Independência do Brasil (1822); as reivindicações principais deste grupo são a luta pela liberdade do país do jugo colonial e a defesa de um governo representativo. Ao descrever as características do perfil heróico do liberalismo, explica que as aspirações democráticas e liberais se confundiam nas organizações destes grupos. Não havia, segundo ela, unanimidade sobre a questão da escravatura. O objetivo dos revolucionários era libertar o país do jugo colonial e

a figura do imperador possibilitava um movimento pacífico que assegurava a ordem interna.

Esses conflitos reuniam diferentes grupos com interesses diversos, que se uniram na intenção de libertar o país de sua metrópole Portugal. Esses movimentos se organizaram nas diferentes regiões do Brasil, influenciados pelas idéias liberais que propunham a liberdade econômica, política e cultural com vistas à formação da consciência nacional.

Foram muitas revoltas organizadas na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, envolvendo pessoas de diferentes grupos sociais. Os líderes destas revoltas pertenciam aos grupos mais representativos da sociedade, e estes movimentos recebiam diferentes reivindicações pelo perfil libertário com que se apresentava para a população. Viotti (1999, p. 113) exemplifica o caráter contraditório desses movimentos:

[...] para João de Deus, alfaiate, homem pardo, elemento ativo na Conjura Baiana, a palavra de ordem seria que todos se “fizessem franceses” porque “todos ficariam tirados da miséria em que se achavam e extintas as diferenças de cor Branca, Preta e Parda”, porque uns e outros seriam “chamados e admitidos a todos a todos e ministérios e cargos”. Manuel Faustino, pardo, forro, alfaiate, igualmente envolvido na Conjura Baiana, falava em governo da igualdade em que entravam brancos, pardos e pretos, sem distinção de cores somente de capacidade para mandar e governar.

Com a Independência do Brasil, em 1822, o objetivo que reuniu os diferentes grupos em torno da libertação do país foi aparentemente atingido. O manifesto de D. Pedro apresentou, um programa liberal que se opunha às restrições do estatuto colonial. A aparente libertação não se efetivou, pois atendeu aos interesses dos grupos que haviam direcionado o movimento, garantindo o poder político a partir de 1822. A fase heróica do liberalismo se encerra com a Independência do Brasil, em 1822, que traz no seu bojo novas reivindicações que vão ser identificadas no processo das discussões da Constituição de 1824. Viotti (1999, p. 138) diz:

A Proclamação da Independência um mês mais tarde trouxe o fim da fase heróica do liberalismo. Daí em diante, as elites enfrentaram a difícil tarefa de converter os ideais em realidades. Haviam conquistado seu objetivo principal: libertar a colônia da metrópole. O segundo objetivo era assegurar que o controle da nação permanecesse em suas mãos. Por isso, os debates mais sérios e o conflito mais grave ocorreram nas discussões sobre a delimitação dos poderes.

Ubiratan Macedo (1986, p. 352), um autor liberal, discute sobre os modelos do liberalismo no Brasil, e aponta este liberalismo anterior à Independência como o momento de *recepção* das idéias liberais no Brasil. Estas idéias podiam ser observadas nos movimentos do período. Segundo ele:

A nova fé secular do liberalismo entra no País de modo revolucionário, tendo como propagandista Hipólito Costa e o Correio Braziliense. A fundamentação teórica da ideologia foi feita por Silvestre Pinheiro; o construtor político foi José Bonifácio, o herói símbolo foi Pedro I e o iniciador da versão econômica foi Cairu. (MACEDO, 1986, p. 352).

Após a Independência, o perfil antidemocrático do liberalismo fica visível nas discussões da Constituição. Um liberalismo, que vai defender a ordem e a manutenção da estrutura arcaica de produção organizada pelo trabalho escravo, e oposição à vitaliciedade do Senado e ao poder moderador.

Viotti (1999, p. 116), explica:

Durante o período que decorre da Proclamação da Independência até a abdicação, a luta travada em nome das reivindicações liberais, visava combater o poder real, o absolutismo e suas bases “corcundas”, na sua maioria comerciantes, militares e funcionários portugueses.

A luta pelo poder para os liberais se referia à ampliação do poder legislativo em detrimento do executivo. A liberdade até então reivindicada deveria se conciliar à ordem. A ordem, na visão dos liberais, seria a conservação do trabalho escravo.

De acordo com Viotti (1999 p. 119):

O conflito entre legislativo e executivo, que é central no Primeiro Reinado, desembocaria na Abdicação e na Regência, quando assumiram o poder de cambulhada alguns políticos do governo anterior, ao lado de gente nova como Evaristo da Veiga, Bernardo de Vasconcellos e outros elementos, até então considerados radicais, que haviam se destacado pelo seu liberalismo na luta pelo Imperador e o Antigo Regime.

Em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdica do trono sob pressões dos líderes políticos liberais. Neste momento, os liberais mostraram uma roupagem conservadora, tendo como atores principais Evaristo da Veiga e Bernardo de Vasconcellos. Combatiam o despotismo, denunciando as preferências nos cargos públicos, e defendiam uma Monarquia constitucional.

Bosi (1988) afirma que este liberalismo se manteve forte, tanto na fase da regência como no reinado de D. Pedro II. Uma questão levantada pelo autor refere-se ao tráfico de escravos que acontecia, normalmente, sem nenhuma intervenção das autoridades, apesar do acordo assinado com a Inglaterra, em 1826, e a Lei Regencial de sete de novembro de 1831.

O período regencial (1831-1840) foi palco de conflitos entre os liberais radicais e os moderados. A ação dos liberais no poder volta-se, para a garantia da ordem e a preservação do regime constitucional.

Macedo (1986) explica que os liberais radicais representavam a burguesia urbana entusiasmada com os progressos do liberalismo. São representantes deste grupo: Cipriano Barata (1762-1838), Regente Diogo Feijó (1784-1843), Teófilo Ottoni (1807-1869). As origens do liberalismo radical estão em Rousseau, e se caracterizam pelo igualitarismo, republicanismo, nacionalismo, federalismo, abolicionismo e oposição ao poder moderador.

Ao discutir as bases sobre as quais o liberalismo se organizou no Brasil, Bosi (1988) questiona sobre o significado do termo liberal, usado pela classe proprietária no período de formação do novo Estado. O autor aponta quatro significados para este termo: liberal, até meados do século XIX, pode significar a liberdade de comprar, vender e produzir; liberal pode significar a possibilidade de representação política, alcançada em 1822; liberal pode significar a conservação da liberdade de submeter o trabalhador escravo

mediante coação jurídica; e, por fim, liberal pode significar a liberdade de adquirir novas terras em regime de livre concorrência.

Estas definições de Bosi (1988) permitem inferir que o liberalismo brasileiro, na figura de diferentes representantes, concretizou uma característica central do capitalismo, a busca do lucro. Embora o liberalismo se apresente com roupagens diferentes em contextos diversos, o objetivo central foi alcançado, já que garantiu concentração de lucro nas mãos das elites brasileiras.

O Partido Moderado, organizado após a Abdicação, representava os grandes proprietários e bacharéis e tinha como tarefa a garantia da ordem e a conservação dos interesses destas classes. A oposição é corporificada, nas críticas dos jornais *O Exaltado*, *Nova Luz Brasileira* no Rio de Janeiro, e *O Eco da Liberdade*, na Bahia.

Para conter estas críticas e agitações, o Governo criou a Guarda Nacional, em 18 de agosto de 1831, para repreender os grupos contrários à política do período regencial. Neste contexto de pressões políticas contra os Liberais Moderados, inicia-se o movimento regressista, ou seja, o recuo conservador que resultou no restabelecimento integral do poder monárquico. Este movimento culminou no Projeto de Lei da Maioridade de D. Pedro II, que estabeleceu uma aliança entre os liberais regressistas e o trono.

Os liberais regressistas, liderados por Bernardo de Vasconcelos organizaram uma política em torno do fortalecimento do regime e da pacificação do país. Este período é conceituado por Macedo de liberalismo doutrinário. O grande estadista era Bernardo Pereira de Vasconcelos, que defendia a liberdade conciliada com a ordem. Os regressistas defendiam a monarquia constitucional, o abolicionismo gradual para evitar o caos econômico, subordinação da igualdade à liberdade.

O percurso de Vasconcelos na política brasileira, inicialmente na luta contra a autoridade real e depois na defensiva dos grupos radicais, foi analisado por Bosi (1988, p. 9), que assim o expressa:

O percurso de Vasconcelos e o êxito político do Regresso fazem pensar que a moderação dos liberais de 1831 acabaria, cedo ou tarde, assumindo sua verdadeira face, conservadora. Os traficantes eram poupados, e os projetos iluministas raros e esparsos, de abolição gradual foram reduzidos ao silêncio. Deu-se ao exército o papel de zelar pela unidade nacional contra as tendências centrífugas dos clãs provinciais. Vencidos os últimos Farrapos, estava salva a sociedade: no caso, o Estado aglutinador de latifundiários, seus representantes, tumbeiros e burocracia.

As transformações processadas na sociedade brasileira durante o século XIX, a partir da expansão da lavoura cafeeira e do conseqüente desenvolvimento urbano industrial, geraram novas aspirações para as camadas sociais urbanas, que começaram a lutar contra o regime monárquico centralizado, pela liberalização e expansão dos seus negócios e pela sua participação na vida política nacional.

Ao longo do reinado de D. Pedro II, o Republicanismo sofreu enfraquecimento gerado pela instabilidade do Império. Somente depois de 1870, pelas novas condições do país, este movimento encontrou possibilidades de ação. Isto pode ser observado no Manifesto Republicano de 1870, redigido por Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça. Esse documento expressa as aspirações políticas de novos grupos sociais insatisfeitos com o imobilismo monárquico.

Após a publicação do Manifesto de 1870, os republicanos organizaram o partido Republicano na corte e nas províncias. Os republicanos atuaram entre 1870 e 1889 em campanhas eleitorais, comícios, conferências e jornais da época.

Conforme explicita Macedo (1986), o liberalismo, neste contexto de abalo da Monarquia Constitucional, se apresentou como *Cientificista*. Esta nova etapa do liberalismo é representada por: Gaspar Silveira Martins (1835-1901), Tavares Bastos (1839- 1875), Tobias Barreto (1839- 1889), Joaquim Nabuco (1849-1910), Rui Barbosa (1849-1923), Sílvio Romero (1851-1914) e Clóvis Beviláqua (1859- 1944).

O liberalismo apregoado por este grupo é inspirado em Stuart Mill e Herbert Spencer. Os liberais cientificistas defendiam o federalismo, o abolicionismo imediato, separação da Igreja do Estado, apoio ao parlamentarismo, aceitação do liberalismo econômico.

O final do século XIX foi marcado pela urbanização, diversificação e crescimento de grupos sociais urbanos, emancipação dos escravos e crescimento da lavoura cafeeira. Os anos de 1888 e 1889 foram agitados em virtude do movimento abolicionista e a questão militar. Dos escritos de Viotti (1999), depreende-se que os jovens oficiais, imbuídos de idéias positivistas e republicanas difundidas na Escola Militar, sentiam-se encarregados da missão nacional da organização política e social do país.

A República se instaurou em 1889, fruto da união de um conjunto de forças diversas: fazendeiros de café, bacharéis, jornalistas e militares. Instalou-se o governo provisório (1889-1891) sob a chefia de Deodoro da Fonseca. O poder estava nas mãos dos grupos dominantes dos Estados mais ricos, ou seja, as oligarquias cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais.

Dessa forma, pode-se dizer que o liberalismo, no século XIX, é manifestado por diferentes grupos e interlocutores. Nas palavras de Viotti (1999 p. 133):

As idéias liberais foram utilizadas por grupos com propósitos diversos em momentos distintos no decorrer do século XIX. Mas por toda parte onde os liberais tomaram o poder, seu principal desafio foi transformar a teoria em prática. Durante este processo, o liberalismo perdeu seu conteúdo revolucionário inicial. Os direitos retoricamente definidos como universais converteram-se, na prática, em privilégios de uma minoria detentora de propriedades e de poder. Por toda parte as estruturas econômicas e sociais impuseram limites ao liberalismo e definiram as condições da sua crítica.

## **1.2. Liberalismo no Brasil no século XX: os educadores liberais a missão de edificação da educação nacional**

A República inaugurou um sistema federativo de ampla autonomia estadual e de inspiração e formas liberais. Vizentini (1983, p. 11-12) descreve as características deste sistema da seguinte maneira:

Federalismo, concedendo autonomia estadual, mesmo para a elaboração das constituições, o presidencialismo (em oposição ao parlamentarismo da fase monárquica e a ampliação do regime representativo, com a inclusão de novos grupos anteriormente sem acesso ao sistema. Desta forma, o

panorama geral da primeira república encontra correspondência num sistema político, cujo foco de poder se localiza nos estados, sob a hegemonia dos economicamente mais fortes, liberal na sua forma e oligárquico quanto ao seu funcionamento efetivo).

Quanto à economia do período, o autor pontua a presença do modelo agrário-exportador, monocultura e dependente do mercado internacional. Os pólos de produção eram São Paulo e Minas Gerais. A classe dominante se diferenciava pela posse do principal meio de produção, a terra.

A República Velha (1889-1930) apresentava sinais de abalo, pois a produção do café, não sendo um produto essencial, passa por uma grande crise.

Na década de 1920, as constantes crises de superprodução e ocasionais quedas de preços levaram o governo federal a arcar com o ônus cada vez maior na aquisição de estoques excedentes. Assim, com o domínio quase constante do governo federal por membros do PRP e PRM, a proteção do café foi feita às custas das economias dos outros estados e da sociedade brasileira em geral, num processo de “socialização de perdas” e concentração dos ganhos nas mãos das oligarquias cafeeiras (VIZENTINI, 1983, p. 16).

A industrialização ganhou força na conjuntura criada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), por causa da conhecida “industrialização por substituição de importações”. Neste processo, há o surgimento de uma burguesia industrial mais bem configurada; de um proletariado urbano, em grande parte de origem européia; e de camadas médias urbanas, ligadas ao processo de industrialização e ao setor terciário.

Nesse período de crise da República Velha, o pensamento liberal também se traduz nas teorias educacionais, em especial a partir dos anos de 1920 em que um novo padrão de acumulação se esboça com o rompimento da República Agrário-Exportadora, o país entrava no modelo convencionalmente chamado pelos economistas de “substituição das importações”. Neste contexto, a educação recebe fortes críticas e propostas para a reconstrução da educação brasileira.

Os liberais tiveram grande influência na educação brasileira pelas propostas apresentadas nas décadas de 20 e 30. A criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, foi resultado de uma proposta liberal da educação que visava, essencialmente, à reconstrução da sociedade por meio da educação.

Vizentini (1983, p. 31), ao examinar o liberalismo da Primeira República, pontua:

O liberalismo assimilado pelas elites brasileiras era, sobretudo de origem inglesa, um liberalismo pré-democrático, lockeano. Esta forma de liberalismo, no Brasil, conservou e reproduziu a representação hierárquica e autoritária da comunidade política. Marcantemente elitista, diferiu bastante do liberalismo democrático, de influências francesas, encontradas nos países hispano-americanos. Pugnava pela normalização dos costumes políticos, pela regeneração da república, pelo voto secreto, pelo judiciário independente, pela defesa do setor agrícola, para o qual o Brasil teria uma “vocaçãõ” histórica e pela ampliação política.

No momento de crise da Primeira República, as instituições sociais passam a ser criticadas e denunciadas por diferentes grupos. A educação não escapa destas críticas, pois acredita-se que a crise da sociedade possa ser resolvida no interior destas instituições. Esta visão ficou evidente nas propostas para o ensino que visavam reconstruir a sociedade via educação.

Estas propostas vinham de diferentes grupos que tinham propostas para a sociedade, entre eles podem-se destacar os católicos, os integralistas e os liberais. Os católicos faziam oposição aos liberais e estavam ligados à Pedagogia Tradicional.

Cury (1978, p. 55), descreve a educação na visão dos católicos:

[...] que ela é a consciência que o ser humano deve ir adquirindo de sua destinação espiritual, através do uso ordenado das faculdades no domínio das paixões, na formação dos espíritos, através de hábitos salutareos e da preparação do espírito para o mundo da graça, sob o influxo regulador da lei eterna, tornando o homem apto para viver na sociedade [...].

Ainda nos moldes de Cury (1978) os integralistas combatiam o liberalismo e as sociedades secretas do judaísmo e da maçonaria. Fundaram várias escolas de alfabetização, cursos profissionais e centros de estudo. Almejavam um Estado forte, de modelo nazi-fascista, desejavam mudanças para uma nova ordem.

Os liberais, por sua vez, amparados pela Pedagogia da Escola Nova, preconizaram a construção de um país com bases democráticas. O primeiro grande resultado das discussões da Associação Brasileira da Educação foi à elaboração do documento intitulado: *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, assinado por 27 educadores em 1932.

Este documento defendeu novas idéias como: educação pública, obrigatória e leiga, e a educação adaptada aos interesses dos alunos. Os grandes teóricos deste período foram, sem dúvida, Fernando de Azevedo (1894-1974), Lourenço Filho (1897-1970), Anísio Teixeira (1900-1971) e Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999).

Fernando de Azevedo foi um dos teóricos de destaque neste processo. Mota (1980, p. 75) comenta sobre a sua participação no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova:

[...] o fato de ter participado em posição de destaque do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), dera-lhe desde algum tempo autoridade para enfrentar os embates políticos do entrecruzamento ideológico, acentuado no período entre-guerras e do Estado Novo. A participação em postos-chaves da administração escolar primária, secundária, normal e superior, acabou por torná-lo um dos principais responsáveis pela difusão e estabilização do conceito de cultura brasileira.

Bosi (1980, prefácio) também comenta sobre Fernando de Azevedo:

[...] Fernando de Azevedo teria dado o exemplo do ideólogo que pretende reconstruir e regenerar a cultura a partir da escola. Um idealismo que concilia os contrastes reais resolvendo-os em noções genéricas de “humanismo leigo”. O mal não estaria, aliás, nos valores últimos propostos, mas na cândida aceitação de um progressismo fatal que os realizaria harmoniosamente mediante a escolarização do povo brasileiro [...]

Este manifesto provocou reação dos católicos, de Alceu Amoroso Lima em especial, secretário da Liga Eleitoral Católica que, ao atacar o Manifesto, o acusou de defender a escola pública, obrigatória e gratuita, tirando das mãos da família a responsabilidade do ensino, destruindo, na sua visão, os princípios da liberdade de ensino.

Na perspectiva de Cunha (1984, p. 220-221), a questão da liberdade de ensino neste período, consiste no seguinte:

Nos anos 20 e 30 deste século, a luta pela liberdade de ensino foi retomada, mas com outro significado, o de “libertar a consciência católica da opressão do agnosticismo do Estado”, na expressão de Francisco Campos. Tratava-se de combater o impedimento do ensino de religião – especificamente do catolicismo – nas escolas oficiais, vigente desde a Proclamação da República.

A proposta dos liberais, registrada no Manifesto, tinha ampla aceitação, principalmente pelo governo Vargas que via nesta proposta a possibilidade de integrar a política trabalhista e amenizar as questões sociais. Era interessante, também, pelo grande número de pessoas que começaram a viver nas cidades e necessitavam de cursos profissionalizantes e no campo ficariam as escolas técnicas rurais.

A Constituição de 1934 determinou que a União fixasse o “Plano Nacional de Educação”. Também ficou estabelecido: o ensino primário gratuito e obrigatório, ensino secundário e superior gratuitos, concurso público para cargos no magistério e outras mudanças. Os católicos conseguiram impedir a neutralidade, laicidade e inserir o ensino religioso nas escolas públicas.

Os liberais participaram ativamente das discussões e mudanças da educação na Primeira República (1889-1930) e, na Segunda República (1930-1937), por meio da afirmação e defesa de que a escola é instrumento de reconstrução da sociedade brasileira.

O Estado de compromisso, assumido entre o novo governo e as diversas categorias sociais, rompeu-se por força de suas próprias contradições e por ocasião de uma série de conflitos, resultantes da crise econômico-financeira dos anos 1930/1935. Esta crise resultou numa crescente intervenção estatal, consolidada, em 1937, pelo golpe que instituiu o Estado Novo. Em outubro de 1937, Vargas fechou o Congresso e anunciou nova Constituição e, em dezembro, os partidos foram dissolvidos.

Com o Estado Novo, todo o poder se concentrou no Executivo que, por sua vez, era exercido por um líder autoritário que tinha como base de sustentação as Forças Armadas. A repressão acontecia de forma contundente: perseguia e torturava os opositores, controlava os trabalhadores por intermédio dos sindicatos, acabando com a autonomia. A Constituição de 1937 desobrigava a manutenção e a expansão do ensino público e não garantia a gratuidade do ensino, e preconizava o ensino no âmbito público e privado para os filhos das famílias favorecidas e o ensino profissionalizante para aos pobres.

Bosi (1980, prefácio) denuncia a atuação de Fernando de Azevedo no Estado Novo:

Carlos Guilherme lembra que o pioneiro da educação democrática de 1932 e 1934 (dois momentos de luta antigetulista da política estadual) acabaria aplaudindo a Constituição do Estado Novo, de 37, no que esta dispõe sobre a “profissionalização da escola para as classes pobres”, medida que, no pensar de Gramsci, dá armas ao capitalismo fascista para

perpetuar a divisão das classes e remeter cada aluno para a escola que convém ao seu nível de renda familiar e às suas expectativas de trabalho. O vínculo entre Indústria e Escola não aparecia, então, aos olhos dos ingênuos do liberalismo como aquilo que é: uma forma de reprodução planejada do sistema social. A ingenuidade parece fatal em todo homem que funde na sua ação duas formas enleantes de boa consciência: a de cidadão prestigiado pela oligarquia e a de intelectual eficiente. O melhor do passado combina-se com o melhor do presente: que mais se poderia desejar? O elitismo engendra-se e embala-se neste culto da própria dignidade intelectual que se lustra com as águas da contemporaneidade.

Pode-se dizer que os liberais, embora fossem defensores da liberdade, transitaram de forma tranqüila no período ditatorial de Vargas, como mostra a citação de Bosi.

Vargas estava sendo combatido tanto por comunistas como pelos liberais e também pelas oligarquias regionais. Os educadores da Escola Nova, paralelamente a este contexto, nunca deixaram de expandir suas idéias e de ocupar cargos importantes.

O governo não conseguiu anular a luta de diversos grupos sociais pela redemocratização do país, que aconteceu, em 1945, com a derrubada de Getúlio Vargas. Sem apoio dos militares, Vargas renunciou (29/10/1945), dando início a uma nova fase no Brasil, o “populismo”.

Segundo Sheen (1986, p. 43), a partir de 1945:

[...] estão formadas as bases para a industrialização, ganha destaque a participação dos setores populares na cena política nacional, além dos setores médios e dos grupos de trabalhadores agrícolas. O conflito básico desse período dar-se-á entre as forças nacionalistas e as forças favoráveis à internacionalização da economia [...]. O esgotamento do modelo de substituição de importações deu-se no início da década de 1960, quando o Brasil já havia atingido sua meta de industrialização, quando já não era prioritária a importação de bens manufaturados.

Nesse período, Macedo (1986, p. 358), assim, caracteriza a participação dos liberais:

A Constituição de 1946 e o regime por ela instaurado aceitam a inspiração liberal. Procurou-se fazer no país “a libertação do liberalismo”, no título de J. Camilo de Oliveira Torres, publicado em 1949. Isto é, instaurar a essência política do liberalismo com novas fundamentações filosóficas e novas doutrinas econômicas socialistas e tecnocráticas. Ao se fazer isto, o híbrido formado tem o destino de todos os híbridos: morre ou se revela estéril. Foi o caso do liberalismo ligado aos próceres da UDN. Posições filosóficas como o tomismo, ou religiosa do tipo da Contra Reforma, inviabilizaram, por seu autoritarismo, o conteúdo político liberal, o mesmo acontecendo com o *ersatz* “liberalismo político-intervenção tecnocrática e socialista na economia”.

Esta aceitação das idéias liberais a partir de 1946, comentadas por Macedo, dá-se pelo aparente clima de democracia nesse momento. Alguns partidos se destacaram no período: PSD (Partido da Social Democracia), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e UDN (União Democrática Nacional). Este último reunia diferentes facções, especialmente os liberais representantes do capital estrangeiro, da indústria e da alta burguesia.

Sob a influência desses partidos, por treze anos tramitou no Congresso Nacional o Projeto da Lei, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Um dos movimentos mais importantes no campo educacional refere-se, aqui, à campanha pela defesa da escola pública que antecedeu a promulgação da Lei n. 4.024, em 21 de dezembro de 1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta campanha em defesa da escola pública envolveu estudantes, professores e sindicatos sob a liderança, em São Paulo, da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Dentre os docentes envolvidos na campanha, Roque Spencer Maciel de Barros destacou-se pelo fato de ter escolhido como tema principal, nas suas palestras, artigos e reuniões públicas, a questão da liberdade de ensino. Afirmava que a idéia de liberdade de ensino não pode ser confundida com uma mercadoria sujeita aos interesses da livre concorrência do mercado. A participação de Roque Spencer não se limitou somente às discussões, mas também na produção teórica intitulada “Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, obra publicada em 1960.

Conforme a Constituição de 1946, a União deveria fixar as diretrizes e as bases para educação. Cumprindo o que estabelecia a Constituição, o Ministro da Educação incumbiu alguns educadores da elaboração do projeto da LDBEN. A comissão foi organizada em 1947, e entregou o projeto em 1948. Nessa comissão, havia educadores de tendências: escolanovistas (Lourenço Filho), católicos tradicionalistas e outros. No ano seguinte, Gustavo Capanema, ex-Ministro da Educação, arquivou o projeto.

Com o fim do Estado Novo, o presidente eleito foi Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). Novas eleições reconduziram Vargas ao poder, a marca de sua política nacionalista foi o lema. Ficou no poder durante quatro anos, pelas pressões das forças armadas para renunciar devido à acusação de mandante do atentado a Carlos Lacerda. No dia 24/8/1954, Vargas suicidou-se com um tiro no peito.

Em 1958, a Comissão de Educação recebeu um substitutivo que alterava o texto original, dando ênfase à defesa das escolas particulares. Os defensores da escola pública, dentre eles o liberal Roque Spencer Maciel de Barros, lançaram, em 1959, o *Manifesto dos Educadores mais uma vez convocados*, que foi redigido por Fernando de Azevedo e recebeu apoio de intelectuais como: Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Almeida Júnior e entre outros. Este documento foi favorável à existência da escola pública e privada, mas defendia o destino de verbas públicas somente para escolas públicas.

A Campanha em defesa da Escola Pública foi organizada, em 1960, sob a liderança de Júlio Mesquita Filho, dono do jornal *O Estado de São Paulo*. Em 1961, é aprovada com mais de 200 emendas, frustrando os liberais pela garantia de igual tratamento às instituições privadas e públicas.

Na década de 1960, um novo contexto político-social emergiu no país juntamente com o aprofundamento da crise econômica. Atrás desse contexto de crise, armava-se uma complicada rede de interesses políticos e econômicos onde se fundiam grupos nacionais e estrangeiros. No início de 1964, a crise atingia todo o país deflagrando-se o golpe militar no dia 31 de março. Os militares decidiram, então, que o Congresso Nacional deveria eleger um novo presidente, sendo escolhido o General Humberto de Alencar Castelo Branco.

De acordo com Veiga (1982), a estrutura formalizada pela Lei 4.024/61 já havia sido objeto de críticas em diversas ocasiões. Em 1926, depois da criação da Universidade do Rio de Janeiro, esta foi criticada por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Essas críticas se manifestavam no sentido de comparar o Brasil com os países desenvolvidos, e acompanhavam a evolução da Universidade no Brasil e se intensificaram a partir da década de 1950.

Como contraponto a este movimento social, o governo militar tratou de dar à luz a sua proposta de Reforma Universitária. Assim, o governo Costa e Silva designou, pessoalmente, os membros do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), o qual se formou com os seguintes membros: Antonio Moreira Carneiro, Fernando Bastos de Ávila, Fernando Ribeiro do Val, Haroldo Leon Peres, João Lira Filho, João Paulo dos Reis Velloso, Newton Sucupira, Roque Spencer Maciel de Barros, Tarso Dutra e Valmir Chagas. Foram nomeados dois estudantes que se recusaram a participar. O trabalho deste grupo resultou na Lei n. 5.540/68, que fixou as diretrizes para a reforma do ensino superior no Brasil. Posteriormente, em 1971, a Lei n. 5.692 estabeleceu a reforma do 1º e 2º graus de ensino. Estas reformas visavam a adequar as instituições à nova conjuntura histórica instaurada pelo Golpe Militar de 31 de março de 1964.

Um dos membros ativos do processo de Reforma Universitária foi Roque Spencer Maciel de Barros, professor da Universidade de São Paulo, conhecido pensador no meio educacional brasileiro e representante da tendência liberal, que já havia marcado presença na defesa da escola pública, desde as discussões que antecederam a promulgação da Lei n. 4.024/61. Contribuiu, de acordo com alguns analistas, para tornar a questão educacional um assunto público e não apenas confinado às discussões de especialistas.

Os liberais atuaram de forma ativa nos rumos da educação brasileira. Nos idos de 1930, na proposta do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, na Campanha em defesa da escola pública, na década de 1940, até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, e no processo da Reforma Universitária de 1968, pela presença de Roque Spencer Maciel de Barros, liberal de longa tradição no país.

## REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. Prefácio In: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: (1933-1974)*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

BOSI, Alfredo. Escravidão entre dois liberalismos. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 2, v. 3, p. 4-39. 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. *Universidade: ensino público ou liberdade de ensino? Revista da ANDE*, SÃO Paulo, v. 7, 1984.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

MACEDO, Ubiratan Borges. Os modelos do liberalismo no Brasil. *Revista Convivium*, São Paulo, set. /out. 1986.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: (1933-1974)*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

SHEEN, Maria Rosemary Coimbra. *O Contexto da Política de Criação das Universidades Estaduais do Paraná*. 1986. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Campinas, Campinas, 1986.

VEIGA, Laura. Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e Universidade no Brasil (1954-1964). *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, n. 11, p. 25 -71, jan. 1982.

VIOTTI, Emília. *Da Monarquia à República*. 6. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Os liberais e a crise da República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Artigo recebido em: 7/6/2008

Aprovado para publicação em: 28/8/2008